

## O Machado de Cesar

**Daniel Mano** é professor de Sociologia na FAETEC.

---

A amplitude de Ceticismo e Política, a vastidão de temas que mobiliza, não impede que enxerguemos com clareza alguns eixos de sua narrativa. Um deles consiste no exame da virada pictórica-abstrata na filosofia, nas artes e na vida comum. Pictórica – pela percepção da experiência como sucessão de imagens sem conteúdo. Abstrata - pela percepção de seus princípios de composição. Um olhar orientado para as cores pode sugerir certa trivialidade, e de fato pode haver um trato trivial da pictorialidade, mas o olhar de Cesar é outro, incisivo, direcionado à intensidade e não à distração fácil dos matizes; olhar mais próximo ao de Arthur Rimbaud, que em sua *Temporada no Inferno*, enxergou cor nas vogais, ali onde elas não se dão a ver com distinção. Essa virada, associada às vanguardas artísticas do início do século XX, colonizou os saberes em muitas direções, em ritmos e intensidades distintas. Suas implicações até os dias que correm não são muito claras, e talvez por isso, a leitura deste livro pareça tão fundamental: é preciso compreender o vocabulário da abstração, o incômodo e o fascínio que o acompanham.

Pensar sua literalidade parece aprofundar, em alguma medida, nossa sensibilidade, afinal, a dor, nessa chave, nada mais é do que dor, sem garantias de exaltação. O prazer, por outro lado, não deve ser compreendido como algo de fútil e enganoso. As agências de construção e destruição de instituições, por responderem a imperativos de crueldade – prazer obtido deliberadamente da dor alheia - requerem um novo regulador, que não mais o espírito absoluto, as essências, a tradição, enfim, a virada pictórica requer o estabelecimento de um novo regulador moral – prazer e dor -, sem o qual se tornaria apenas um mecanismo de encobrimento de crueldades.

A percepção de prazer e dor como fundamentos da moralidade remonta à filosofia de David Hume. Aversa ao segundo e sequiosa do primeiro, a natureza humana precipita-se na história guiada por essa dicotomia. Ao contemplarmos um caráter ou qualidade mental, e obtermos prazer ou dor, aí está, nos diz Hume, o fundamento dos sentimentos de vício e virtude. Para corrigir a parcialidade inscrita na natureza humana, sua tendência original a direcionar os afetos a si mesmo e a seus próximos, são criadas instituições virtuosas (virtudes artificiais). Justiça, governo, propriedade, as instituições políticas de forma geral, tornam-se compreensíveis sob a perspectiva da virtude e do vício, e, portanto, do prazer e da dor.

A aproximação com o pensamento freudiano (argumentos freudo-humeanos) proposta por Cesar introduz nos assuntos morais e políticos o problema da ambivalência, da possibilidade de um objeto ou paixão ocasionar prazer e dor. A virtuosidade associada exclusivamente à agência construtiva torna-se questionável, e a investigação freudiana de

um para-além do princípio do prazer é estendida ao plano das instituições políticas. Sem a consideração da ambivalência, as crenças confundem-se com seus aspectos regulares. O que seria uma crença, sob essa luz? Uma coleção de práticas, comportamentos e regras, índices de si mesmas, expressões auto-evidentes do prazer individualizado. Ocorre que tal redução produz um eclipse compreensivo diante de certos fenômenos sociais não orientados pela perspectiva individualizada do prazer, e, sobretudo, mostra-se fracassada enquanto veículo de engenharias sociais as mais diversas. Ausente de ambivalência, uma crença permaneceria inalterada pela absoluta futilidade de qualquer alteração. A crença impávida na virtude de uma instituição tornaria algo ilusório o intervalo entre *crer* – ato inegociável da imaginação e *acreditar* – ato consciente da vontade, pois ambos estariam condensados na repetição comportamental.

Como alternativa à psicologização das crenças, Cesar propõe-nos pensá-las em profundidade, como elementos de significação da vida social, e adverte: “não se pode afirmar pela existência de uma crença de um homem só”. Ao homem solitário, cabe a voluntariedade de acreditar: “temos algum poder de barganha com o conteúdo que chegamos a acreditar”. Cesar oferece uma alternativa à concepção da sociedade como agregado de títeres, enredados nos círculos das dinâmicas sociais, pela consideração da temática humana da crença e da temática freudiana do desejo

De onde emanaria, porém, essa autonomia? Por que a crença, como derivação da experiência e da imaginação, não se imporia de forma ainda mais absoluta que a crença psicologizada, sem qualquer forma de abertura à vontade? Se seguirmos a hipótese de Cesar, de que acreditar é um efeito de superfície da crença, concluiremos que não há de fato uma oposição entre ambos os atos, e que a autonomia do acreditar retira sua força da crença, pois um dos elementos de composição das crenças são suas próprias fissuras. Poderíamos reescrever o célebre aforismo de La Rochefoucauld da seguinte maneira: Acreditar e não acreditar são homenagens que a vontade presta à crença.

O reconhecimento da ambivalência coloca as crenças como ponto de chegada e de partida da natureza humana. “Por mais que acreditemos naquilo que cremos, não podemos, pela natureza ambivalente da composição dos mundos, estabelecer coerência completa entre os sistemas de crenças e os sistemas de regras”, observa Cesar. Esse descompasso constitutivo entre regras e crenças indica a insuficiência crônica das primeiras em relação às últimas. Imersas naquilo que Freud denominou “princípio de realidade”, as regularidades, quando dissociadas de suas matrizes (imaginação e desejo) tornam-se fontes de mal-estar, afinal “a regularidade ao mesmo tempo em que é essencial para permitir a significação do mundo (...) acaba por gerar estancamento do mundo”. Esse incômodo estancamento, podemos concluir, impele a natureza humana a seguir em sua laboriosidade, construindo e destruindo mundos, acrescentando e suprimindo objetos pictóricos à experiência, sem o encolhimento de suas proporções originais.

Os atos de vontade e desejo, em política, traduzem-se em construção e destruição. Sistemas de crenças e regras podem tornar-se mais e mais expressivos ou podem autodes-

truir-se, pela redução à regularidade. A voluntariedade não abole, contudo, a imprevisão: construir e destruir encontram-se mais próximos de efeitos que de intenções. Cesar observa que, na condição de artefatos, as instituições são criadas como *ferramentas*, para a consecução de determinados objetivos, mas podem assumir o papel destruidor de *armas*. Poderíamos pensar em instituições como partidos, tribunais, ministérios, todas eminentemente políticas, e, por assim dizer, materiais; construção e destruição, contudo, podem assumir formas mais sutis. Em outro de seus escritos, Cesar advertiu-nos acerca da equívoca “tendência a guardar os livros de poesia e romances em estantes separadas aos ensaios positivos”. Ora, se a pergunta a ser feita é “quando” e não “o que” é política, resta falaciosa a idéia de objetos políticos por natureza, afinal “Política é quando uma instituição pode acrescentar ou subtrair elementos pictóricos na experiência sob a forma de crenças”.

Em carta de 1904 a Oskar Pollak, Franz Kafka definiu os livros que valem a pena ser lidos: aqueles que machucam, traumatizam; “que nos afetam como um desastre”. Um livro, para Kafka, deve ser um machado – ferramenta e arma – para quebrar o mar congelado dentro de nós. Ceticismo e Política é ferramenta, sem dúvida, de esclarecimento e construção, mas é arma também, uma formidável máquina de guerra cujos estandartes são: a antropologia cética, a concepção minimalista da natureza humana e a pictorialidade da experiência. No conflito das filosofias, opõe-se aos modos dogmáticos de compreensão da natureza humana, da história e da política, sejam de matrizes empíricas ou idealistas. Enxerga nestes últimos os mares congelados a serem quebrados, dentro de nós.